

Como fato, pode-se estudar a inclinação a classificar e a determinar os conceitos individuais pelo grupo a que pertencem. Pode acontecer do conceito da espécie estar associado ao conceito do indivíduo por uma simples necessidade de discriminação e de designação. Para compreender esses casos é preciso verificar o comportamento da língua. Algumas línguas desenvolvem um conceito para as espécies e, a partir do uso, transformam esse conceito em verdadeiras unidades formais; assim, aplicam essas unidades às formas individuais e constroem as estruturas relativas à espécie. Em muitos casos, essas formas, que geralmente são sufixos, não podem mais ser percebidas como um conceito independente sem uma análise detalhada. Entram nesse tipo de construção a designação objetiva e a classificação lógica subjetiva; por outro lado, entra a designação de diferentes classes de objetos reais, sem haver influência das categorias do pensamento e do discurso.

Essa construção é organizada através de dois elementos aglutinados, mas que na formulação mais absoluta são elementos distintos. A diferença para a flexão é que, quando existe flexão, não existem dois elementos distintos. Existe um só elemento colocado, por força da estrutura linguística, em uma determinada categoria instaurada automaticamente na materialização do conceito. A definição completa e perfeita dos elementos categoriais de uma língua faz com que a língua alcance uma organização que favorece a construção conceitual na materialização da linguagem. As línguas mais perfeitas e puras tendem cada vez mais para definir e fazer formas mais definidas em suas estruturas. Na formação das ideias todas elas têm uma fórmula de formas muito autênticas que satisfaz inteiramente os requisitos da linguagem.

Referências

- BAKHTIM, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª ed.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991. Trad. de Nilo Odália.
- COSERIU, Eugenio. *Sulla tipologia linguistica di Wilhelm von Humboldt. Contributo alla critica della tradizione linguistica*. LINGUA E STILO 2 (1973): 235-265. Tradução de Giulia Cantarutti.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/Edusp, 1979. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Trad. de Luís Carlos Borges.
- _____. *O lado oculto da Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Trad. de Denise Bottmann.
- GÉRARD, René. *L'Orient et la pensée romantique allemande*. Paris: Didier, 1963.
- HUMBOLDT, Wilhelm Karl von. *Sobre el origen de las formas gramaticales y sobre su influencia en el desarrollo de las ideas – Carta a M. Abel Rémusat sobre la naturaleza de las formas gramaticales en general y sobre el genio de la lengua china en particular*. Barcelona: Anagrama, 1972. Traducción de Carmen Artal.
- _____. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Barcelona: Anthropos, 1990, 1ª ed. Traducción y prólogo de Ana Agud.
- KNOLL, Joachin H. *Wilhelm von Humboldt - L'homme politique et le pédagogue*. Paris: Internationes, 1967.
- SCHLEICHER, August. *Les langues de l'Europe moderne*. Paris: Garnier, 1897. Trad. de Hermann Ewerbeck.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA Ricardo Musse¹

A partir dos anos 1970, os EUA introduziram paulatinamente uma série de alterações no funcionamento do sistema econômico internacional que, na prática, subverteu o modelo anterior firmado no pós-guerra. As políticas anticíclicas que permitiram a expansão conhecida como os “trinta anos dourados” foram desmontadas uma a uma.

Os excedentes monetários, até então sob o controle parcial dos Estados, passaram a ser geridos pelo mercado, com a concomitante redução da participação dos salários na renda nacional e dos benefícios conquistados como direitos sociais. O controle de capitais pelos Estados nacionais, outra peça chave do arcabouço anterior, cedeu lugar à livre circulação inclusive de capitais de curto prazo, propiciando os movimentos especulativos que moldam atualmente o mercado de dinheiro.

Ao longo desse processo, os Estados passaram por alterações substanciais não só com a restrição de sua participação direta como agente econômico, mas sobretudo com a redução significativa de suas atividades de planejamento e regulação.

Com o fim da situação de exceção, da assim chamada regulação keynesiana, o capitalismo retornou ao seu leito habitual. O ímpeto e a dinâmica econômica voltaram a ser ditados pelo mercado e as crises a se suceder com precisão matemática.

1. Professor no Departamento de Sociologia da USP. Graduou-se em Física pela UFG, é mestre em Filosofia pela UFRGS e doutor em Filosofia pela USP. Organizou, entre outros, *Émile Durkheim – Fato social e divisão do trabalho* (Ática, 2007).

Para um leitor de Karl Marx, os delineamentos e desdobramentos da atual crise bancária e financeira afiguram-se como uma ilustração exemplar e quase didática de sua explicação do capitalismo. A teoria do valor e o fetichismo da mercadoria expostos em *O capital* ressaltam que, apesar de sua origem como uma mercadoria específica, como equivalente geral, o dinheiro tende a adquirir autonomia no decorrer do processo em que salta da condição de mero mediador das trocas, alçando-se à posição de centro impulsionador da circulação mercantil. No descolamento entre essas funções, em si contraditórias, encontra-se o germe das crises econômicas, precipitadas, em geral, pela correção abrupta de ativos inflados devido à lógica imanente que os descola de seu solo e substrato real.

A teoria marxista prediz ainda que um desarranjo financeiro tende a afetar a ordem econômica em suas múltiplas dimensões. A desarticulação da função *meio de pagamento* (o sistema de crédito), que o dinheiro adquire com o desenvolvimento dos mecanismos de compensação bancária, altera suas outras funções como *meio de circulação* ou como *medida de valor*. Eis por que uma crise bancária não deixa de ressoar no âmbito da produção e tende a se tornar sistêmica com a perda da medida de valor das mercadorias e das empresas, fenômeno patente na volatilidade dos mercados e das bolsas.

A crítica de Marx ao capitalismo readquire atualidade precisamente quando a prática política inspirada no marxismo passa por seu momento de maior descrédito. O paradoxo é ainda maior quando se recorda que o marxismo viveu seu apogeu político e intelectual no Ocidente no período em que a regulação estatal desmentia a linha geral de *O capital*.

No capitalismo, Estado e mercado são faces de uma mesma moeda. A política econômica predominante nas últimas décadas – inspirada no receituário proposto, entre outros, por Friedrich Hayek e Milton Friedman, e rotulada de neoliberal – visava desprender a lógica econômica da política, liberar o mercado das supostas amarras do Estado. Esse objetivo, no entanto, uma demanda da classe capitalista assustada com o declínio das taxas de lucro, só pôde ser alcançado por meio da ação política, da conquista do Estado. A magnitude dessa intervenção estatal sobre a esfera institucional do capitalismo, aceleradas nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, só é comparável às modificações na esfera econômica introduzidas na década de 1930.

O desmanche da chamada economia mista (estatal e de mercado), a privatização de domínios até então públicos (da infraestrutura à previdência, passando pela saúde e pela educação), a desregulamentação dos mercados de trabalho, de mercadorias e de dinheiro foram obtidos por meio de uma série deliberada e coordenada de ações extraeconômicas. Semelhante mudança no padrão de acumulação exigiu uma política agressiva de enfraquecimento dos sindicatos e do poder social da classe trabalhadora.

A manutenção desse modelo de capitalismo pressupõe a continuidade dessa modalidade de ação política, assentada numa militância ativa e sobretudo numa hegemonia intelectual que está sendo seriamente abalada pelos desdobramentos da atual crise financeira.

Não é casual que o epicentro da crise esteja localizado nos Estados Unidos e na Inglaterra. Trata-se dos dois países que foram mais longe na desregulamentação do capitalismo. Apesar da vitória incontestável do poder norte-americano sobre o socialismo estatal do Leste europeu, a nova ordem mundial aderiu ao modelo preconizado com parcimônia.

Na área econômica unificada pela adoção do euro como moeda comum, apesar da insistência tanto dos conservadores como da social-democracia, o Estado do bem-estar social foi pouco modificado, ficando as políticas de desregulamentação concentradas na esfera financeira.

A reinserção da China no mercado mundial e seu espantoso crescimento econômico nas duas últimas décadas – a manifestação mais peremptória do capitalismo globalizado – transformaram a sociedade chinesa no máximo numa economia mista, com uma combinação peculiar de livre mercado e intervenção estatal comandada e controlada pela camada dirigente do Partido Comunista.

Na América Latina, sua implantação tardia (com a exceção do Chile), nos anos 1990, por meio das terapias de choque do Consenso de Washington, redundou em fracasso. O malogro foi tão grande que impulsionou o acesso ao poder de políticos e partidos situados à esquerda do espectro político. Se não conseguiram reverter as reformas implementadas, tampouco levaram adiante com o mesmo ímpeto o receituário neoliberal.

O colapso desse modelo põe em xeque a hegemonia dos EUA no sistema interestatal. Nesse cenário, amplifica-se a contradição latente, que perpassa a história norte-americana ao longo do século XX, entre a república e o império. A crise debilita o arranjo que permitiu a combinação de uma sociedade afluyente, com um nível de consumo exacerbado e uma relativa democratização da vida pública, no plano interno, e o intervencionismo militar, econômico e político, no qual não estiveram ausentes até mesmo momentos de ocupação e domínio neocolonial, no plano externo.

A mobilização e o entusiasmo despertados pela eleição e pelo início do mandato de Barack Obama fortalecem a expectativa de que o esforço de reconstituição do poder norte-americano priorize a reforma econômica e social, deixando de lado a tentativa, prevalecente durante o governo George W. Bush, de resolver os impasses internos intensificando a intervenção externa.

Os detentores do capital, no mundo todo, vivem um momento de perplexidade. A hegemonia norte-americana tem uma de suas fontes no reconhecimento de sua ação, extremamente eficaz nos últimos 70 anos, em defesa, para além das fronteiras nacionais, dos interesses da classe capitalista. Uma legitimidade conquistada com o uso, sem escrúpulos, de todos os meios possíveis seja no campo econômico, político, cultural ou militar.



Nesse sentido, seu engajamento e sua liderança na guerra contra o comunismo internacional pode ser visto como apenas um momento de sua condição de garantia em última instância do capital.

Só isso explica por que, apesar da insolvência que perpassa o sistema bancário norte-americano e do tamanho descomunal de seus dois déficits – o de transações correntes e o público –, o dólar se valoriza ante as demais moedas, ao exercer a função de reserva de valor e instaurar-se como o último porto seguro para capitais de todas as nacionalidades.

O provável declínio dos EUA apresenta-se assim como uma espécie de efeito colateral inesperado de sua irretorquível vitória sobre o socialismo estatal do Leste Europeu.

O anunciado giro na direção do fortalecimento do Estado, resgatando modalidades explícitas de capitalismo estatal; o retorno de políticas anticíclicas, de inspiração neokeynesianas; a retomada de práticas regulatórias não só no âmbito financeiro, demandas assumidas hoje pela classe capitalista e até mesmo por políticos conservadores, surgem como uma exigência técnica, como uma operação de restabelecimento da racionalidade econômica.

Esse olhar retrospectivo para o arsenal profilático desenvolvido a partir da crise de 1929 recusa-se a ver, no entanto, que tais procedimentos originaram-se no âmbito e sob mediação de um intenso confronto político no qual a classe trabalhadora exerceu o papel de protagonista (mesmo quando derrotada).

No contexto atual, a representação política dos trabalhadores, desacreditando da viabilidade do socialismo, defende, entretanto, apenas modalidades de capitalismo reformado e versões mitigadas de capitalismo de Estado. Diante desse encurtamento do horizonte político, resta a questão crucial: o que irá galvanizar as massas de atuais e futuros deserdados do mundo?

CARTA ABERTA DE GÜNTER GRASS A ANNA SEGHERS, 14 DE AGOSTO DE 1961

Tradução e introdução: Ingrid von der Weyhe¹

No dia 9 de novembro deste ano de 2009 comemora-se o vigésimo aniversário da queda do muro de Berlim, muro que na verdade, rasgava também de norte a sul a Alemanha inteira. Todo júbilo provocado por este acontecimento histórico nos leva a recordar de como tudo começou. Como consequência da chamada guerra fria este muro foi edificado, na noite de 13 para 14 de agosto de 1961, de maneira rápida e surpreendente. De início, constituía-se de arame farpado, quase intransponível, para posteriormente erigir-se, gradualmente, na solidez do concreto cinza, permanecendo então por 28 anos dividindo os alemães em dois Estados. Todos foram apanhados de surpresa pela construção, provocando a mais forte indignação, tanto do lado ocidental como oriental da cidade de Berlim, em toda a população alemã. Muitos foram os que tentaram rebelar-se, havendo até os que entregaram sua vida em protestos. O escritor Günter Grass, em sua perplexidade, escreve, no calor do próprio dia 14 de agosto de 1961, uma carta à sua colega Anna Seghers, que vive então na parte leste de Berlim, tentando o diálogo e buscando dar vazão ao seu profundo repúdio aos acontecimentos que vivenciava.

Günter Grass nasceu em 1927 na cidade de Danzig (hoje Polônia), em 1944 foi convocado ao serviço militar, indo para a aeronáutica, e sendo membro da divisão de tanques de guerra Friendsberg. Em 1945 caiu prisioneiro dos americanos, sendo libertado em 1946. Foi membro do Partido Social Democrata

¹. Germanista, tradutora e intérprete. É membro do grupo de tradução Glas, do Centro Germânico de Língua e Cultura, em Curitiba.